



Genealogia e governamentalidade na pesquisa documental em psicologia a partir de Michel Foucault

Genealogy and governmentality in documentary research from Michel Foucault



Bruno Jáy Mercês de Lima

Doutorado em Psicologia
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém, Pará – Brasil
bruno_lima@hotmail.com



Flávia Cristina Silveira Lemos

Doutora em História Cultural
Universidade Federal do Pará – UFPA.
Belém, Pará – Brasil.
flaviacslemos@gmail.com



Michelle Ribeiro Correa

Mestre em Psicologia
Universidade do Pará – UFPA.
Belém, Pará – Brasil.
correamichelle@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre metodologia de pesquisa, especialmente, a respeito do trabalho com documentos, a partir da história com os estudos sobre biopolítica, governamentalidade e a Escola dos Annales, em Michel Foucault e na Nova História Cultural. Aborda-se uma perspectiva acontecimental e das práticas de saber, de poder e de subjetivação, em uma vertente analítica da Psicologia Social em interface com o trabalho com arquivos. O artigo propõe uma problematização tática dos discursos na gestão da vida e da saúde, na emergência do Estado neoliberal e na proveniência das resistências às práticas de segurança e empresariamento da vida. Assim, conclui-se que a pesquisa com documentos é relevante para trabalhos em Psicologia Social e na área da saúde e singularidade.

Palavras chave: arquivo; genealogia; história; psicologia social; saúde e biopolítica.

Abstract: This article presents a discussion on research methodology, especially about the work with documents, from history with studies on biopolitics, governmentality and the Annales School, in Michel Foucault and in the New Cultural History. It approaches an acontecimental perspective and the practices of knowledge, power and subjectivation, in an analytical aspect of Social Psychology in interface with the work with archives. The article proposes a tactical problematization of discourses in the management of life and health, in the emergence of the neoliberal state and in the provenance of resistance to the practices of safety and business of life. Thus, it is concluded that research with documents is relevant for works in Social Psychology and in the area of health and singularity.

Keywords: archive; genealogy; history; social psychology; health and biopolitics.

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

LIMA, Bruno Jáy Mercês de; LEMOS, Flávia Cristina Silveira; CORREA, Michelle Ribeiro. Genealogia e governamentalidade na pesquisa documental em psicologia a partir de Michel Foucault. *Dialogia*, São Paulo, n. 40, p. 1-26, e20879, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/40.2022.20879>.

American Psychological Association (APA)

Lima, B. J. M. de., Lemos, F. C. S., & Correa, M. R. (2022, jan./abr.). Genealogia e governamentalidade na pesquisa documental em psicologia a partir de Michel Foucault. *Dialogia*, São Paulo, 40, p. 1-26, e20879. <https://doi.org/10.5585/40.2022.20879>.

Introdução

É um costume, por parte de alguns pesquisadores, considerar que a pesquisa documental é menos relevante ou carece de procedimento empírico, sendo assim, menos científica ou menos importante para questionamentos e rupturas com o instituído. Essa postura revela, além de uma elevada ignorância por parte de quem tece tal discurso, uma forma de combater os tipos de pesquisas que buscam destronar aquilo que é colocado como verdade, principalmente pela própria ciência, tomando um documento como um em si. Esta pesquisa será construída ao lado daqueles que entendem que todo documento é uma construção histórica e sempre, como aponta Veyne (1993), é fruto de forças em disputa, que tentam mostrar ao futuro sua percepção/entendimento sobre um dado acontecimento histórico. Esse destronamento de verdades e documentos do passado nos permite questionar as práticas de poder, de saber e de subjetivação.

Além disso, não podemos conferir a algum campo de pesquisa uma ferramenta de exclusividade: qualquer forma de privar o outro de acessar uma forma de construir um conhecimento, como nos aponta Deleuze (2004), é um controle discursivo, com a intencionalidade de fazer clivagem sobre quem pode ou não desempenhar alguma tarefa específica. Isso não representa uma incapacidade metodológica ou ausência de aprofundamento teórico-conceitual, mas sim um caráter de invenção, sem descuidar do aporte filosófico necessário para a manutenção da rigurosidade da pesquisa.

Após as modificações realizadas nas pesquisas históricas operadas pela Escola dos Annales na segunda metade do século XX, desloca-se a compreensão da pesquisa com documentos restrita aos ditos oficiais, como testemunho irrefutável de um passado, geralmente de vitórias: operou-se uma mudança sobre a forma de compreender as metodologias, as referências filosóficas e, por conseguinte, a compreensão do que seria um documento (LEMOS et al, 2016). Os acontecimentos históricos passam a ser entendidos não mais como origem de algo (com início, meio e fim, evolutivo, linha reta de linearidade), mas como emergência de descontinuidade, atravessados por vetores que fazem pulular os acontecimentos, registrados, então, no documento. Dessa forma, abre-se a possibilidade de realizar uma história do presente: deslocando o acontecimento de intencionalidade e causalidade, da busca “dos primeiros motores ou qualquer tipo de lógica oculta e mecanicista da escrita da história” (LEMOS et al, 2016, p. 271).

De modo igual, colocamos a portaria 2436/2017 como um documento que evoca a necessidade de historicizar, de forma genealógica, a fim de fazer emergir os diversos atores/forças/discursos que atravessam sua consolidação e fazer se desenvolver na história das políticas de saúde no Brasil a sua emergência. Esta característica metodológica é um

posicionamento político-histórico sobre o documento, destronando-o de seu lugar de monumento e colocando-o como peça fundamental para a compreensão da história do presente. Fez-se uma investigação criteriosa a respeito da temática, considerando acontecimentos, discursos desvalorizados, apagados, esquecidos e reprimidos, atentando para as rupturas e descontinuidades da história destes acontecimentos, dando luz às forças que estão em disputa, que estão em jogo quanto à temática, notando que tais acontecimentos não ocorrem ao acaso, são construções históricas que não possuem origens fixas. Acontecimento aqui entendido como:

Não mais como fatos históricos e sim como práticas singulares e datadas. Analisar a produção dos arquivos como suportes de guarda de um conjunto de documentos implica interrogar a constituição dos mesmos, os discursos que afirmam e as relações de poder que ensejam (LEMOS et al, 2015, p. 42).

Dessa forma, temos a compreensão de que, no que tange à temática da medicalização, existem forças em disputa intensa, que buscam se renovar e refazer suas práticas para que se mantenham nessa intensa construção histórica. Entendemos, então, que esta metodologia nos possibilita compreender de que forma estes discursos foram construídos historicamente, quais os seus nascimentos, de onde e para quem falam. Em síntese, nos possibilita compreender o desenvolvimento histórico, não-linear, não-contínuo, das práticas discursivas.

Estratégia poder-saber

Poder e saber são conceitos indispensáveis para a compreensão da construção do pensamento em Foucault, assim como nos servira para analisar as práticas de medicalização nos serviços da atenção básica. Esses conceitos estão em todo momento presentes nas discussões desta tese, sendo necessário, então, abordá-los e mostrar como usamos sobre o objeto.

Conforme Danner (2010), não existe necessariamente uma teoria do poder em Foucault. Este criticava a compreensão tradicional sobre epistemologia e não possuía o objetivo de construir uma teoria aos moldes do que concebem as Ciências. Estas estabelecem regimes de verdades ao conceber a ideia de totalidade em Ciência, uma vez que busca construir conceitos que deem conta da totalidade de um acontecimento, desprezando as particularidades quando considerados o momento histórico, o lugar e as forças que estão em disputa. Dessa forma, Foucault propõe realizar uma análise do poder, pois, no momento em que nos debruçamos para análise das formas de expressão de um poder, se faz necessário determinar o tempo e o lugar de nascimento (emergência), destacando os discursos que facilitam este nascimento (proveniência). Portanto, compreender poder é compreender relações (de poder, logo, o poder se dá, existe em função de, em relações)

que são heterogêneas e que estão em transformação constante. Dessa forma, poder é uma prática social e, por consequência, constituída historicamente.

De modo que, então, não há uma origem e um fim do poder (a própria compreensão de origem é desvelada, pois nada pode surgir de nada, há encadeamento para o surgimento/nascimento de algo). O poder, se constituindo nas relações, é necessariamente transformação, mudança constante, é movimento que, no momento que se sobressai, produz algum tipo de apagamento. Dessa forma, não faz muito sentido a compreensão de poder enquanto posse concentrada, como diversas teorias apontam, na figura o Estado. Foucault (2013), alerta que o poder atravessa e está para além do Estado, existindo em qualquer relação que possamos tomar para análise. Por consequência, se desloca a centralidade do Estado, como defende a teoria política tradicional, em que exista um monopólio de poder. São diversos feixes de poderes que além do Estado, atravessam variadas estruturas sociais “regionais e locais (...) ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra nas instituições” (p.182) e se utiliza de variados instrumentos e de formas violentas de atuação para legitimar-se.

Logo, o poder não se perpetua ou se apresenta somente através do Estado. Também não devemos entender o poder dentro de uma totalidade, ou seja, como algo uniforme, que desconsidera as particularidades das relações de poder, da forma como existem e se perpetuam de acordo com o tempo e espaço. Temos o poder como uma rede de dispositivos que atravessam a sociedade e a todos, pois as relações de poder também se estabelecem por fora da instituição Estado e que podem ser analisadas utilizando as compreensões de soberania e proibição, por exemplo, como geralmente se compreende o poder. Entretanto, isso não quer dizer que Foucault menosprezou a importância do Estado, mas que diversas instituições também cumprem semelhante papel de exercer controle, normas e paradigmas para estabelecer relações (DANNER, 2010). Se mantermos a ideia de poder enquanto monopólio do Estado, estaremos perdendo visibilidade para outras relações de poder existentes na sociedade, como as relações existentes nas famílias, em grupos de adolescentes, nas escolas, nos serviços de saúde e nas intervenções medicalizantes presentes na AB, por exemplo.

O poder, então, conforme Foucault, não pertence a alguém ou a algum grupo, classe social, não há qualquer exclusividade sobre ele. O que não elimina as relações de opressão de uma classe sobre outra, por exemplo (como analisado pelo próprio autor, inclusive). A própria atuação dos desprovidos economicamente é uma efetuação de poder, um contrapoder, portanto. Logo, o poder não é algo que existe, é uma prática, é uma relação:

uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1975, p. 29).

O poder está presente nas mais diversas relações sociais, sejam estas analisadas enquanto interação entre sujeitos, ou mesmo considerando a interação destes com as instituições ou entre estas. O poder não possui qualquer lugar específico, está fora do Estado, mas também atravessando a este o tempo todo. Ele se cria e está interligado com diversos outros aparelhos: escola, prisão, locais de trabalho, meios de comunicação e na atenção básica. Entretanto, ao passo que um poder se manifesta em algum espaço, também se abre uma possibilidade de resistências, pois também são poderes que se exercem para contrapor um poder adverso. No caso do objeto em análise, esta produção, assim como diversas outras, são possibilidades de travar guerra, mostrando nossa resistência ao processo de medicalização na AB, por compreender que há uma perda de autonomia de sujeitos, além da impossibilidade de problematizar tal acontecimento da medicalização nestes espaços de atenção primária à saúde.

Passando agora à compreensão de saber em Foucault, entendemos também como um conceito chave. Há, na história da humanidade, sempre uma necessidade de produção de verdade, a constituição de um regime discursivo com a finalidade de instituir um disciplinamento sobre algo. A partir do momento que essa necessidade se dá sobre o corpo, tem-se o objetivo de promover a entrada do/no corpo, realizar esquadramento sobre este, a fim de torná-lo dócil, adestrado, produtivo ao sistema capitalista (BERT, 2013). Talvez o melhor exemplo para compreendermos a ocorrência seja o conhecimento científico. Este se opera através de um conjunto de tecnologias que, por consequência, viabiliza técnicas de produção (de informações), de controle dos corpos para serem produtivos para manter a economia. Para que se consolide, então, o saber deve produzir verdade: Se produz discursos que, sendo falados por especialistas (técnicos da área, profissionais, estudiosos, pesquisadores) passam a ter efeito de verdade, estabelecendo um conhecimento que possui pretensão de universalidade e procura manter um regime.

Dessa forma, então, que destacamos a existência de uma “estratégia saber-poder”, pois sua separação é meramente didática, uma vez que a constituição de ambos se dá na relação entre eles: a verdade produzida a partir de um saber gerará, conseqüentemente, um poder (e vice-versa), uma forma de intervenção sobre um corpo, por exemplo, e que, cada vez mais nesta relação, o efeito é

claramente sua manutenção. Foucault (2006) nos exemplifica esta relação quando aborda sobre o poder psiquiátrico, ou da medicina em geral, ou ainda sobre os discursos do governo sobre a AB. A reformulação da PNAB é uma reestruturação da relação saber-poder da atenção básica, trazendo à tona diversos saberes advindos da constituição deste espaço de saúde, como vimos no processo histórico anteriormente, que remontam às práticas de higiene, racismo e preventivismo de outrora. Esta reformulação, sendo atravessada por ideários neoliberais também, reorganiza o processo de trabalho em saúde com a necessidade de aumento de carga de trabalho com maior exploração, então, da mão-de-obra, para fazer operar um gerenciamento da saúde, baseado em um modelo organizativo quantitativista com influências econômicas (para diminuir os gastos sociais, neste caso, em saúde) (BRANCO, 2015). Vemos neste caso que a estratégias poder-saber pode ser utilizada para aumentar o sofrimento das pessoas, neste caso, os que trabalham no espaço da AB, e, como consequência, os usuários destes serviços.

Por isso, não faz sentido algum falarmos que existe algum indício de neutralidade na Ciência: é um discurso falacioso, que objetiva impor um regime discursivo em que a Ciência aparece como uma entidade que está acima de outras formas de conhecimento, a fim de deslegitimá-los, criando verdades. Faz-se necessário, portanto, desvelarmos através da genealogia da medicalização na AB quais discursos estão presentes, seu nascimento e formas de intervenção, para que possamos estar municiados nesta discussão, pois há uma disputa. Para que um regime de verdade seja estabelecido, portanto, toda produção de saber necessita realizar formas de exclusão dos discursos que são antagônicos ao hegemônico. Foucault (2014) nos mostra estes procedimentos de exclusão nos discursos:

Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se (FOUCAULT, 2014. p. 2).

A fala passa a ser um poder atribuído, logo, e no caso de uma sociedade capitalista, o papel Estado ganha importante conotação pelo valor de respaldo dado a um sujeito que o representa (no caso da medicalização da AB, os profissionais, por exemplo). Dessa forma, tais discussões empreendidas aqui (contra a medicalização) não encontra espaço nos serviços de saúde (principalmente na AB), uma vez que na legislação analisada se produziu exclusão dos discursos que a criticam da forma como está escrita, mas também da forma como está sendo operada, com pouca análise e discussão, com impossibilidade ao contraditório.

A verdade, o discurso verdadeiro é considerado como tal por quem tem autorização para falar em nome de tal, é uma fala construída e legitimada (FOUCAULT, 2014), como ocorre com

o psicólogo, o médico, o advogado, dentre outros, e valendo-se disso, o governo opera a estratégia para legitimar uma forma de conceber e implementar a AB, em discordância do que vem apontando o Fórum sobre Medicalização e diversos outros movimentos da saúde.

Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo, porque esses mecanismos se tornam possíveis, induzem essas produções de verdade tem, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. Então, essa camada de objetos, ou melhor essa camada de relação, é difícil de apreender (FOUCAULT, 2012, p. 224).

Biopolítica

Biopolítica será um conceito que aparecerá em Foucault pela primeira vez em *O Nascimento da Medicina Social* (2013), porém, em obras posteriores que será mais bem destrinchado, historicizado e analisado tal conceito. Para este estudo sobre a medicalização na AB, adotamos a obra *Nascimento da biopolítica* (2010) para embasamento das análises feitas.

O poder soberano, tendo como características principais o poder de causar a morte ou deixar viver, diminui a influência a partir do século XVIII, quando das eclosões das revoluções burguesas no mundo Ocidental. Ocorre um rearranjo das relações de poder existentes, passando a ocorrer as práticas de gerar vida e deixar morrer. Essas modificações passam a ocorrer a partir da entrada de técnicas da ordem do saber para controle da vida humana, principalmente se vislumbrarmos o uso de cálculos, mensuração, objetivações no tratamento da população. Os mecanismos agora operantes possuem o objetivo de controlar comportamentos, pensamentos e condutas, enfim, a vida coletiva. Todas as características da saúde humana passam a ser alvo da estatística (usada na epidemiologia, na tomada de decisões em políticas públicas, na atenção básica) e o aspecto biológico passa a ser visto como político, pois pode sofrer intervenção de um poder (FOUCAULT, 2010). Esta mudança da forma de ver a coletividade é necessária para a expansão do capitalismo (e mais tardar, da sua fase neoliberal), destacando as políticas de saúde dos séculos XVIII e XIX, como no caso da AB no Brasil:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2013. p.89).

Diferentemente de outros saberes, as políticas que alicerçaram o capitalismo não se consolidaram inicialmente pelo controle do pensamento ou por uma ideologia (capitalista) para o mundo do trabalho, para a produção. Onde ocorreu um primeiro movimento do poder para a constituição da centralidade do capital no século XIX (no caso do Brasil, devido à expansão tardia do capitalismo, mais fortemente ocorre no século XX) foi sobre o corpo. Por isso o corpo é uma realidade biopolítica: todos os saberes que se consolidaram a partir de então, tiveram o direcionamento de adestramento do corpo para a expansão rápida e manutenção do capitalismo.

Sob o discurso da manutenção da vida, as práticas de fazer nascer/viver, as técnicas para influenciar processos biológicos vão se consolidando, podendo até modificá-los, caso seja interessante para a manutenção da produção. Os saberes se consolidam para que a população sofra intervenções de inúmeras técnicas que intervêm sobre o corpo coletivo, para o controle da espécie. A população surge como um problema que antes não existia e, destarte, uma regulamentação da vida passar a existir, controlando processos biológicos (vacinas, medicamentos, entre outros), através das quantificações, para garantir o futuro (FOUCAULT, 2015). Ocorre isso com o controle de natalidade, com aplicação de vacinas, com exames nos primeiros dias de vida, com o acompanhamento escolar, com a produtividade no trabalho, com a assistência à saúde na atenção básica.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 2015, p. 134).

Sob a égide do discurso do perigo eminente da morte, então, que o poder passa controlar, interferir, se apropriar, modificar processos biológicos. E segue na mesma página:

Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana

Por isso Foucault vai nomear esta forma de controle, esta forma de poder, como biopolítica: os objetos de intervenção se modificam e se criam saberes para que se exerça o controle, agora, sobre a espécie (a população). A população passa a ser o lócus da biopolítica tomando para si a responsabilidade de tornar processos biológicos em dados quantificáveis para estabelecer regulamentação e criar noções de normalidade. O corpo, para então ser entendido, tem que ser

descrito e esquadrinhado com exatidão (por isso a emergência dos saberes estatísticos em saúde): desde a taxa de natalidade, longevidade, criminalidade, percentual de pessoas com tal doença, pessoas fora do mercado de trabalho por conta de acidentes, número de pessoas com algum tipo de transtorno, quantitativo de pessoas com depressão, dentre outras preocupações, passam a compor os manuais, livros, saberes que operam para controlar a população para a produção (FOUCAULT, 2010).

Portanto, no momento em que a população passa a ser alvo de intervenções do aparato do Estado, demarca-se o limiar do que chamou de modernidade biológica, pois já não se percebe o ser humano como um animal político. Sua existência entra em questão no momento em que passa a ser alvo de uma política (FOUCAULT, 2015). O poder que agora se debruça sobre a vida da população gerará normas: para que se garanta a vida, um conjunto de mecanismos corretivos, reguladores, passam operar. Por isso que tecnologias de poder que possuem como foco o controle da vida se expressarão necessariamente numa sociedade normalizadora, como a que temos. Danner (2010, p. 155) nos mostrará:

Foi a norma que conseguiu estabelecer um elo entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de uma multiplicidade biológica (biopoder). A norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam a norma disciplinar e a norma da regulamentação.

Nessa sociedade normalizadora que, segundo Foucault (2010), se estabeleceu uma normalização que abrange aspectos do orgânico ao biológico, do corpo individual ao corpo coletivo, através da disciplina e da regulamentação. A biopolítica é, a partir de então uma ferramenta para racionalizar os problemas que se colocam à prática governamental como possível impedimento para a estruturação do capitalismo. O controle biopolítico, sob a égide da necessidade econômica, agora no neoliberalismo pós-guerra da Escola de Chicago, constrói o *homo oeconomicus*, nada mais sendo que um sujeito estimulado pelas razões de mercado, que tem como principal preocupação responder a tais demandas do capital. Há uma mudança na função do Estado, passando a operar não mais o mercado, mas sim para o mercado: o mercado, a economia, o capital, passam a ser a principal preocupação e finalidade de existência do Estado. Por isso, compreender como indispensável a compreensão biopolítica a partir de Foucault, por vislumbrarmos que esta ocorre, necessariamente, a partir da reestruturação da PNAB, como iremos mostrar nos resultados.

Governamentalidade

A queda do Estado soberano (em o desejo do monarca é imperioso sobre seus súditos a partir de uma delimitação territorial) inaugura o surgimento de técnicas de poder que passam a caracterizar os governos do mundo ocidental nos últimos séculos. A esse conjunto de técnicas, Foucault (2013) chamou de governamentalidade. São resultados de um momento específico da história, que não permite ser confundida com a soberania, pois não se preocupa com conquista e manutenção do poder. Nas palavras do próprio autor, a governamentalidade é:

1) o conjunto constituído pelas instituições, pelos procedimentos, análises e reflexões, pelos cálculos e pelas táticas que permitem exercer esse modelo bem específico, ainda que complexo, de poder, que tem por alvo principal a população, por modelo principal de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.

2) a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, conduziu incessantemente, durante muito, muito tempo, à preeminência desse modelo de poder que se pode chamar de governo sobre todos os outros - soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3) o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, como se viu pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2013, p. 429).

O Estado agora passa a servir à população. Esse funcionamento produz técnicas e ferramentas que possibilitará uma atuação sobre a população, desenvolvendo vários saberes para a concretização desse controle. Diferentemente do que ocorria no Estado soberano, a população passa a ser o objetivo e objeto final do governo. Para aumentar a sobrevivência da população, um conjunto bem organizado de técnicas começa a ser operado, objetivando que a população alcance mais riqueza, mantenha-se viva e produtiva. Na saúde, podemos perceber isso ocorrendo através de campanhas de vacinação, controle do crescimento e desenvolvimento da criança, acompanhamento pré-natal, dentre outras, que são atribuição da AB realizar tais acompanhamentos. A população já não serve ao monarca e agora passa a ser alvo de intervenção do Estado, considerando seus desejos, sonhos, aspirações como objetivos nessa forma de governo. Os interesses individuais e coletivos passam a ser locus de atuação do governo da população.

Branco (2015) explicita:

A nova era traz a governamentalidade como tecnologia do poder, e sua ocupação principal é a gestão e administração da população, a regulação das atividades econômicas, assim como a articulação e o planejamento estratégico da vida socioeconômica (...). Na governamentalidade, o mundo democrático, feito a partir da decisão popular e amparado nas leis, segundo Foucault, seria um mundo da gestão dos interesses da população, considerada como categoria abstrata. Tudo seria liso e sereno, se não entrasse em jogo a ideia de golpe de Estado, ou seja, a ideia que a governamentalidade traz em si mesma um aspecto inusitado, quando se pensa em certas condições excepcionais, mas não tão fora do esquadro como muitos podem imaginar (p. 74).

É justamente este caráter de excepcionalidade que podemos perceber em relação a medicalização na AB. Sob o discurso da necessidade de ofertar serviços de saúde com foco na prevenção e promoção da saúde, há uma reorganização dos serviços da AB (quanto à estruturação, planejamento, financiamento, oferta, dentre outros aspectos), com o governo se utilizando desse regime exceção de Estado para fazer operar uma forma de funcionamento da AB que está em disparidade com o que defende o Movimento da Reforma Sanitária (MRS) e mesmo em relação à legislação (principalmente as leis 8080/90 e 8142/90). É um golpe de Estado no sentido que deslegitima o próprio Estado na execução de suas funções e no seguir dos regramentos definidos nas suas próprias leis e ordenamentos. Percebemos, assim, que se utiliza de “terrorismo de Estado” para gerar o discurso de exceção e operar outras formas de governamentos.

Tais formas de operar essa exceção não são necessariamente contrárias ao que se concebe enquanto direito à saúde: esta, como direito, se mantém por se compreender como acesso a serviços, procedimentos, medicamentos, tecnologias. Não há uma mudança somente na forma de realizar governo, como também há mudanças nos discursos que se legitimam enquanto saúde. Esta passa a ser entendida como um estado de ausência de doenças e perturbações do orgânico (como vimos anteriormente) e, para alcançar a “sobriedade” do corpo, submete-se a população ao controle estatístico, moral e normalizante. E a manutenção desse acesso será garantido perante a respeito, obediência da pessoa às regras estabelecidas.

Produz-se, assim, um novo *modus operandi*, onde a existência do Estado, na vida da população, passa a ser regulada mediante um conjunto de adestramentos, atendimento às burocracias (deve-se ter um cartão SUS, deve-se passar pelo médico, deve-se ter um diagnóstico para garantir a continuidade do usuário dentro da linha de cuidado nos mais diversos serviços de saúde nos outros níveis de atenção) para que se efetive o direito. O direito à saúde já não está relacionado somente à própria existência do sujeito, mas sim à sua obediência ao regime vigente, respeitando às instituições, às burocracias e aos regramentos.

Pesquisa interferência a partir da implicação

Nesta pesquisa, adotamos como uma pressuposição a inexistência de qualquer imparcialidade no desenvolvimento de técnicas, ferramentas, saberes e, por consequência, também apontamos não existir qualquer vestígio de neutralidade em pesquisa. Toda pesquisa é fruto do esforço subjetivo de quem pesquisa, suas leituras, elaborações construções teóricas passam, necessariamente pelo plano subjetivo e, conforme Paulon (2003), toda pesquisa é uma implicação. Todo pesquisador/a possui envolvimento com o seu objeto: pode estar ligado ao cotidiano deste/a, pode ser fruto de preocupações de algo que está presente enquanto problema na vida ou está, de alguma forma, atravessando as relações que o pesquisador/a produz no seu trajeto.

Esta forma de compreender a pesquisa produz saberes que são frutos de articulação entre instituição de ensino e aplicação de conhecimentos (seja em documentos, grupos, instituições etc). O conflito que será resultante deste tipo de construção de saber deve ser compreendido como uma possibilidade de mudança, pois gera algum nível de incômodo ou desajustamento à ordem colocada, por causar estranhamento. Por isso, em Psicologia, esta pesquisa se coloca no campo oposto à compreensão de conflito que usa de padrões psicologizantes para categorizar e intervir sobre pessoas. Preferimos produzir saberes que irão inquirir sobre a ordem que gera exclusões (no caso desta pesquisa, uma ordem que gera apagamentos de discursos).

Nesse sentido, Lourau (1993; 1995) nos elucidada que toda pesquisa, justamente por ser transversalizada pelo plano subjetivo do pesquisador/a, também uma implicação para este/a. Por isso, como é denotado na própria escrita deste trabalho, entendemos que há uma relação entre pesquisador, seu objeto de pesquisa e campo de intervenção, uma característica que por vezes é negada em pesquisa (principalmente aquelas marcadamente positivistas), rompendo com o formalismo acadêmico, com noções ultrapassadas de imparcialidade e neutralidade.

De acordo com Oliveira, Martins e Silva (2018), inicialmente, o termo interferência foi utilizado pelo inglês Thomas Young (século XIX), que, em seus estudos, percebeu que sendo a luz um fenômeno ondulatório, produzirá interferência, ocorrendo quando duas ou mais ondas passam pelo menos ponto de maneira a gerar uma nova onda, ainda maior, ou diminuir, até sua eliminação. Moebus (2015) negrita que no século XX o físico Heisenberg, criador da mecânica quântica, desenvolveu o princípio da incerteza que defende a ideia que não é possível dizer com total certeza o momento e posição de uma partícula de luz. Para que isso pudesse ser feito, segundo o físico, deveria se produzir uma onda de luz sobre um elétron para que pudesse ser visto. Esta compreensão revolucionou os princípios da análise matemática e mecânica clássica ao demonstrar que, ao incidir luz, a partícula muda de lugar e impede a precisão de sua posição.

Esse novo princípio representou uma grande mudança paradigmática na compreensão do fazer pesquisa. Não somente na física, mas toda a ciência clássica sofreu reverberações a partir dessa mudança, pois a ideia de pesquisa enquanto replicação (utilizando os mesmos métodos e nas mesmas condições), podendo o sujeito somente observar e analisar sem qualquer interferência, há não se sustentava. Portanto, a incerteza gerada pelo pesquisador tem efeito imediato por gerar o espanto, a surpresa, o estranhamento, incômodos, mas também produz um campo de possibilidades. Da mesma forma se deu nesta pesquisa, pois o percurso incerto desta nos coloca como aptos ao novo, ao desconhecido ao que gera inconveniência, tendo como foco a possibilidade de interferir onde o poder acontece, onde está estabelecido: queremos gerar incômodos como a própria pesquisa nos gerou.

Figueiredo et al (2018) afirmam que toda pesquisa é uma implicação e também é uma interferência, pois uma vez que não há neutralidade no ato de pesquisar, o simples movimento de conhecer uma realidade já é uma interferência. O pesquisador deve assumir, nesta perspectiva, a sua interação intencional com o objeto, tendo que se aprofundar na relação entre teoria e prática, ainda que saibamos que essa distinção é didática. Por isso, a pesquisa se caracteriza como uma interferência, denotando o caráter político da elaboração da pesquisa, como a que desenvolvemos aqui.

A pesquisa interferência, seguindo as descobertas de Heisenberg, ancora-se naquilo que é considerado inusitado, inesperado, não projetado pelo pesquisador, onde os discursos do pesquisador, dos sujeitos, do próprio campo ou, no nosso caso, dos documentos, são considerados e ajudam a ampliar o campo e capacidade de análise, mostrando os diversos atravessamentos que afetam aquele objeto. Para, então, problematizar sobre um acontecimento, o pesquisador deve estar apto ao que não é previsto: a ideia de previsão é necessariamente uma razão do controle que, fugindo ao esperado, produz compreensão de erro na pesquisa clássica; aqui não existe o erro do objeto, do campo ou do pesquisador ao entrar em contato com o objeto; o adverso, estranho, é considerado, respeitado e informação imprescindível para a compreensão do objeto que ocorre no mundo real e não isolado (MOEBUS, 2015).

A partir de Heisenberg e seu princípio da incerteza, é notório que não há mais espaço para a afirmação na neutralidade e imparcialidade por parte do pesquisador ao realizar qualquer estudo. O processo de pesquisar é, porém, feito de escolhas sobre quais formas de interferências devem ser feitas que estão condicionadas ao que se quer observar, ao que se busca evidenciar e, claro, das técnicas de pesquisa que está se utilizando. O conjunto de ferramentas que se dispõe à pesquisa pelo pesquisador não devem dar conta de toda a realidade, muito menos servir para sua

autoafirmação teórica. As ferramentas devem servir para a empreitada reflexiva, criando sentidos ao que se encontra no percurso e deixando-se afetar e mudar nossas compreensões de pesquisador durante o percurso de investigação (FIGUEIREDO et al, 2018). Por isso que desenvolvemos um esforço nesta pesquisa para elucidar os conceitos, seus usos e produções de análises advindas de suas implementações.

Problematizar na pesquisa

Para a compreensão da problematização, termo cunhado por Foucault, segundo Gros (2014), devemos apontar que o primeiro aparecimento deste se dá no curso de 1978 chamado *Segurança, território, população*. Porém, é somente nos anos de 1980 que este termo será mais bem destrinchado pelo filósofo, recebendo três usos constantes em suas obras.

O primeiro uso refere-se ao próprio trabalho de pensar de forma crítica. O pensamento não é considerado como um instrumento rigoroso, que deve obedecer a um conjunto de procedimentos baseados numa racionalidade epistemológica, mas deve-se efetuar no sentido de trazer incertezas, inconstâncias, e adotar um recuo crítico das certezas perante a uma nova realidade social, com novos argumentos e evidências/dados que podem alterar uma forma de pensar ou um método, para além da constatação da realidade. Sendo assim, o melhor instrumento para problematização de um objeto é a historicização, uma vez que mostra que aquele dado objeto não se encaixa numa pretensa universalidade, uma vez que não fora tratado da mesma forma em diversos momentos históricos (GROS, 2014). É o que acontece na análise foucaultiana sobre a loucura, sobre as prisões e sobre a biopolítica, por exemplo.

Nesta perspectiva, ainda com Gros (2014), a problematização se consolida como um método de inquirição sobre o presente ao adotar uma postura crítica ao considerar que as experiências das pessoas são constituídas historicamente. Nesse sentido, também aponta aquilo que se deve pesquisar, descrever, entender. Dessa forma, no sentido geral, problematização se refere à forma de desenvolvimento dos estudos foucaultianos ao desenvolver uma história das mentalidades, costumes, regramentos, representações e práticas dos sujeitos em cada momento da história. Não é uma simples descrição do que as pessoas faziam ou fazem, mas sim uma preocupação em mostrar as linhas de forças que atravessam as existências das pessoas e geram formas de pensar e agir no mundo.

Outro prisma de Foucault sobre a problematização diz respeito à própria caracterização do desenvolvimento do seu pensamento crítico, com a recorrência da análise histórica sobre algo que está sendo problematizado (a loucura, a medicalização, o corpo), destacando as formas de

verificação e controle sobre aquilo que se detém o poder (a moral, as técnicas científicas, por exemplo) e suas normatizações (leis, aparatos jurídicos) que produzem formas de subjetivação e faz com que o sujeito construa a sua experiência de si mesmo.

E por fim, pode-se utilizar a terminologia problematização de forma mais restrita, como em *História da Sexualidade*, onde destaca-se as formas de apreensão, interdito do corpo, sobre alguns comportamentos desviantes sexualmente (no sentido moral, libertinagem, homossexualidade, infidelidade), caracterizando-os como um problema em algum momento da história (ou desde muito tempo, como mostra Foucault nesta obra) (GROS, 2014).

Vinci (2015) nos dirá para corroborar com a nossa postura nesta pesquisa:

Entretanto, afora seu caráter polissêmico, poder-se-ia afirmar com certeza que tal expressão aponta para um gesto investigativo mais do que uma metodologia; ou seja, trata-se de uma maneira de proceder diante do objeto de pesquisa a fim de promover um real trabalho de pensamento e não de um conjunto de regras procedimentais capazes de conduzir o pesquisador a uma verdade (p. 201).

O próprio Foucault, em entrevista concedida a Rabinow (2010), ao ser indagado sobre uma “história das problemáticas, responderá (p. 23):

Durante muito tempo, procurei saber se é possível caracterizar a história do pensamento, distinguindo-a da história das ideias, ou seja, da análise dos sistemas de representação, e da história das mentalidades, isto é, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. Pareceu-me que existisse um elemento capaz de caracterizar a história do pensamento: poder-se-ia chamá-lo os problemas ou, mais exatamente, as problematizações. O que distingue o pensamento é o fato de se tratar de algo completamente diferente do conjunto das representações que subjazem a um comportamento; é, ao mesmo tempo, completamente diverso do âmbito das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que habita uma conduta e lhe dá sentido; é antes o que permite tomar distância com relação a este modo de agir ou de reagir, de assumir como objeto de pensamento e de a questionar seu sentido, as suas condições e os seus objetivos. O pensamento é a liberdade com respeito àquilo que se faz, o movimento com que nos sapáramos daquilo que fazemos, com que o constituímos como objeto e o pensamos como problema.

Análise genealógica de documentos

O método genealógico de Foucault (2013) tem como características indispensáveis para dar cabo ao seu desenvolvimento e análise, a problematização sobre a concepção de tempo e, como consequência, sobre a concepção de história. Neste método, há uma diferenciação evidente com o que se convencionou chamar de história tradicional: nesta, os acontecimentos históricos são entendidos como um encadeamento lógico e datável, definindo uma evolução ou escala de desenvolvimento sempre progressivo, melhor, aperfeiçoado, mostrando o passado como obtuso, atrasado, em vias de desenvolver-se para um presente que é sempre mais elaborado, com

características perfeiçoadas quando em relação a um período anterior. A história passa a ser vista como um conjunto de acontecimentos que se influenciam numa linearidade a esperar que o futuro seja melhor que o presente.

Zembenedetti & Silva (2011) avaliam que a história tradicional traz uma visão romântica sobre o passado, em que, para compreender a existência de algo ou algum acontecimento, eu devo buscar a origem. Isso é percebido, por exemplo, quando olhamos para a história em que se concebe a origem do mundo ocidental aos gregos, por terem apresentado contribuições importantes para o desenvolvimento dos saberes contemporâneos. Notadamente, bastaria analisarmos os gregos para perceber que estes não surgem do nada, nem mesmo suas ideias, pensamentos, saberes, são de origem abstrata, com toda certeza tiveram alguma influência anterior para pensarmos que a ideia de origem é um pouco equivocada.

Na genealogia (e do mesmo modo, na cartografia) a ideia de origem é questionada novamente. Para seu estudo, são relevantes três conceitos fundamentais: gênese, continuidade e descontinuidade. Gênese é compreendida como o nascimento de algo (no nosso caso, de um documento), ou seja, a demonstração dos poderes existentes que possibilitaram o surgimento ao objeto analisado. A história contínua é aquela que concebe a história global, aquela que busca apresentar a origem do acontecimento:

A história contínua é aquela que constitui o projeto de uma história global. É a busca da reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, de sua evolução, de sua significação comum que constitui o desejo humano de controle sobre a vida na linha contínua e harmoniosa de sua história, “[...] é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio - material ou espiritual - de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão - o que se chama metaforicamente o ‘rosto’ de uma época” (GONÇALVES, 2007, p. 3).

Porém, a história não é uma unidade, não é uniforme, muito menos um continuum. A história é necessariamente descontínua (descontinuidade, por fim), pois é feita de rupturas, é imprevisível e feitas de mudanças constantes. Ela se organiza a partir de conflitos e relações de poder que não obedecem à lógica que a história tradicional que nos impor. A história de produz a partir de deslocamentos e cisões específicas e sucessivas, características do momento e espaço em que ocorre:

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (Foucault, 2005, p. 15).

Portanto, essa forma de olhar para a história modifica, por consequência, as formas de compreender o objeto, de tratá-lo e analisá-lo. Nenhum acontecimento, então é estático, é algo dado aleatoriamente: são resultantes de efeitos de um diagrama de forças de práticas de saberes e poderes. Sendo assim, a consequência esperada é que ressurgam “novos” discursos (que foram apagados) e visibilizados para confrontar com um saber hegemônico.

Os discursos que assim ressurgem, antes apagados pela história tradicional, se contrapõem à historicidade dos vencedores. Em geral, é dessa forma que ocorre nos documentos oficiais (supervalorizados pela história tradicional), dando luz somente aos feitos dos grandes nomes da história, privilegiando uma forma de fazer história e, por resultante, algumas vezes, vencedoras (ZEMBENEDETTI, 2011).

Para Foucault, então, não há uma categorização sobre a importância dos discursos. A história é sempre um jogo de forças dos discursos em que um, num dado momento, é compreendido como verdadeiro e produz apagamentos os outros (principalmente dos antagônicos). Esta pesquisa se faz justamente por esse prisma: ao realizar uma análise genealógica sobre a PNAB (tido então como documento oficial), estamos também na busca de revelar que esta estratégia é um apagamento dos outros discursos diversos, distintos, diferentes substancialmente, e que buscamos dar visibilidade sobre estes para se mostrar a história como ela é: paradoxal.

Dessa forma, adotando essa postura em pesquisa, a ideia de verdade é totalmente questionada, mostrando que esta é fruto de forças em que aqueles que dominam impõe-na e que, percebendo que diversos discursos existem sobre um mesmo objeto, tal verdade passa a não existir. Ela será vista como uma verdade que se sobrepõe, na confluência dos discursos em atrito, às demais. É somente um modo de pensar que se consolidou a partir de características históricas específicas que lhe “favoreceram”. O pesquisador deve, então, ser o questionador dessa verdade, demonstrar como foi construída (cartografia), lançando luz sobre as forças que favorecem seu surgimento e manutenção, diferente da história tradicional que passa a ver como algo dado, imutável. Sendo então o fato passível dessa refutação, podemos mostrar que a verdade não é absoluta e que a compreensão que temos de algo hoje pode mudar no futuro (FOUCAULT, 2013).

Lemos & Cardoso Jr (2009) aponta que o pesquisador deve realizar seu estudo de forma a pensar para além da contemplação ou da busca de um solo primeiro e original, mas desenvolver a tarefa de se interrogar sobre os problemas cotidianamente, a cada momento que se emerge. Deleuze (2005, p. 124) corrobora ao apontar que “pensar é experimentar, é problematizar. O saber, o poder e o si são a tripla raiz da problematização do pensamento”. Realizar o ato de pensar não é

uma ação que busca uma finalidade ou que se determina onde se quer chegar previamente. Faé (2004, p. 410) nos negrita:

O entendimento das condições que possibilitaram o surgimento e permanência de determinadas práticas discursivas propicia a compreensão da formação discursiva como construção histórica e sua emergência como dispositivo de poder. Partindo do pressuposto de que é no campo dos enunciados que toda realidade se manifesta, e entendendo o sujeito como efeito de discursos que emergem em meio a um jogo de forças atualizadas constantemente, as contribuições do método histórico-genealógico de Michel Foucault se fazem pertinentes para uma análise institucional

Temos a compreensão, sendo assim, de que, no que tange à medicalização na AB, existem diversas forças que se chocam em disputa para que possam sempre se renovar e refazer práticas para que se perpetuem na compleição histórica. A metodologia designada aqui, nos possibilita desnudar as formas de constituição destes discursos, quais as emergências, de que lugar falam e, principalmente, para quem falam e operam. Enfim, nos possibilita traçar a não-linearidade, características destas, das práticas discursivas.

A genealogia é uma metodologia desenvolvida por Michel Foucault (a partir também das influências vinda de Nietzsche) que busca problematizar as forças que contribuem para o surgimento de um dado saber, acontecimento, objeto de análise. A concepção de problematização proposta por Deleuze (2012), contribui para que possamos desnaturalizar aquilo que é visto como rotineiro e cotidiano ou como algo dado e imutável, possibilitando perceber que um objeto analisado é um acontecimento que guarda estreita relação com o momento histórico em que surge. Por isso, o acontecimento é visto por Foucault como uma resultante de variadas forças e processos, cabendo ao pesquisador realizar o “destronamento” do acontecimento (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011; LEMOS & CARDOSO JR, 2009).

À genealogia, para a empreitada analítica que se propõe, deve fazer-se valer de dois conceitos fundamentais:

a análise da proveniência busca não uma identidade ou unidade, mas as marcas sutis, múltiplas e dispersas que remetem à construção do objeto. A pesquisa da emergência também se distancia da pesquisa de origem ao enfatizar as forças presentes em determinado contexto e o modo como elas atuam na produção de um determinado objeto. (...) a gênese entendida como análise da emergência ‘possibilita desconstruir a naturalização de determinados conceitos, fazendo aparecer as condições que os tornam possíveis e, conseqüentemente, os problemas aos quais eles tentam responder’. Portanto, o conceito de gênese proposto pela abordagem genealógica aproxima-se do sentido atribuído à análise da proveniência e à análise da emergência. Genealogia: emergência, proveniência e quebra de verdades (ZAMBENEDETTI & SILVA, 2011. P. 456).

As características e complexidade do tema proposta nos possibilitam utilizarmos as contribuições de Michel Foucault com o seu método histórico-genealógico, uma vez que objetivamos sair do pensamento unicausal, conforme aborda Lemos & Cardoso Jr (2006), problematizando, assim, sobre o processo de (des) naturalização dos objetos, as relações de saber-poder, que produzem novos poderes e se relacionam aos saberes. Estas práticas reverberam modos de pensar, agir e ser que são características do momento vivido, do momento histórico presente. Dessa forma, Foucault nos contribui ao proporcionar a possibilidade de pensar de forma interrogante e espantoso, com estranhamento, buscando desfazer evidências (LEMOS & CARDOSO JR, 2009).

Foucault (1992) nos mostra que a genealogia é “uma forma de história que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios do objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito”. Isto nos possibilita analisar as práticas, tendo como principal ação a interrogação sobre estas, a fim de desfazê-las enquanto verdade absoluta já estabelecida.

Lemos e Cardoso Jr (2009) corroboram que o operador metodológico do dispositivo nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e subjetivação, facilita a evidenciação das relações saber-poder, é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Para analisar as relações entre saber-poder através da genealogia, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Portanto, a categoria “dispositivo” é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação (LEMOS et al, 2014, p. 47).

As práticas discursivas são intensamente apagadas, controladas, desqualificadas, impedidas, recortadas de outra forma, com outra roupagem. Analisar seus efeitos, ramificações é um objetivo da genealogia, pois as relações encontram-se “ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanentes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso (LEMOS & CARDOSO JR, 2009).

Antes de tudo, destaca-se que este método, esta forma de fazer pesquisa, é um posicionamento político, crítico, uma vez que busca refutar verdades que estão postas de forma a manter um poder e apagar outros discursos. Sendo assim, conforme Lemos et al (2010), possibilita-se a criação de liberdades de discursos, abrindo questionamentos sobre questões da atualidade que

se demonstram cristalizadas. Sendo uma força e tarefa política, a genealogia busca combater os efeitos do poder.

Pesquisar é um ato de poder, de saber e de subjetivação. Envolve discursos, implica entrar e circular por organizações e equipamentos variados, movendo políticas de financiamento e de avaliação entre pares; traz inquietações que atravessam corpos e formam subjetividades, é usada para a formulação de direitos e para a busca de sua efetivação, assim como pode concomitantemente investigar e fazer valer direitos. Intervir em arquivos, manusear arquivos, criar arquivos, fazer arquivos circular no campo dos direitos humanos é intervir (LEMOS; GALINDO & PIANI, 2015, p. 50).

Grubits e Noriega (2004) e Le Goff (1990) nos traz a necessidade de pensarmos que um documento é fruto da construção das sociedades em que estes foram produzidos, levando em consideração os discursos que ali aparecem e que ali não aparecem. O documento é um instrumento que deve, sempre, ser questionado, então, em seus significados.

Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. (...) É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1990, p. 537).

Sendo, então, a genealogia “cinzenta”, conforme Foucault (2013) demonstra, o trabalho do pesquisador-genealogista é confrontar o documento, destronar de sua posição oficial e imutável, questionar sobre sua verdade, que é construída historicamente e, lançando mão dos próprios questionamentos da história, revelar as descontinuidades, na desordem que é característica própria da história. O pesquisador deve mostrar que no documento existe a necessidade de uma geração mostrar à próxima como quer ser lembrada, também revela os diversos pagamentos de outros discursos que são produzidos na mesma realidade histórica, em conflito. Portanto, a tarefa é fazer emergir estes outros discursos apagados e revelar que a verdade construída sobre um aspecto da realidade, sobre um povo ou sobre um acontecimento, é uma produção de diversas verdades existentes. Logo, a definição de um documento-verdade, os trâmites da elaboração, quem participa, que referenda, para quais objetivos, para quais determinismos, é uma relação de poder que possui um propósito bastante calculado, com intencionalidade (LEMOS & CARDOSO JR, 2009).

A anátema, por conseguinte, é sobre a forma de construção/produção de um documento-monumento, sobre a necessidade de afirmação de uma verdade. Por isso, a produção de um documento é uma movimentação importante para a manutenção ou nascimento de um poder, gerando como efeito um saber, a partir de uma confluência de forças, que podem ser antagônicas, paralelas ou perpendiculares. Todo documento, nesta perspectiva, é uma produção de verdade,

intencionalmente elaborado, desde a seleção dos discursos que estarão presentes, até a distribuição, com a definição objetiva de quem pode falar e qual o conteúdo que é autorizado a falar. Esse estratagema assegura o controle sobre os outros discursos que não estão presentes ou não são contemplados no documento. A partir disso, com a hierarquização dos saberes com a existência do documento, organiza-se uma polícia do discurso, que define critérios sobre as práticas discursivas. Isso ocorre nos discursos religiosos e científicos, por exemplo. Da mesma forma ocorre com a PNAB, onde, através da legislação vigente, se cristaliza um discurso verdadeiro que não possui contrapontos (e se possui, já foram desqualificados como consequência por não estarem presentes no documento). Os limites dos discursos são bem delimitados, e os que se opõem, são invalidados, desqualificados pela polícia do discurso (FOUCAULT, 2014).

Como já anteriormente apontado, não existe a prerrogativa de dizer sobre o certo e o errado neste trabalho: a crítica sobre o documento é problematizá-lo, relevando as forças presentes no seu nascimento, para que se possa elucidar os atravessamentos e possíveis ressonâncias do jogo de forças na sua confecção. A PNAB é fruto destas disputas e mostrar a emergência e os discursos que a influenciam não é somente uma necessidade de reconhecimento destes, mas também é garantir a fala dos invalidados, é aniquilar a verdade.

Assim sendo, este trabalho foi desenvolvido através da análise do documento portaria 2436/2017 referentes às alterações da Atenção Básica, tendo como objetivo problematizar a ocorrência da medicalização da vida, realizando séries discursivas, que facilitará no processo de construção da discussão. Portanto, usaremos o método histórico-genealógico de Foucault, uma vez que realizaremos o destronamento da verdade do discurso deste documento, ressaltando, inclusive, aquilo que foi apagado, os discursos que são cassados. Compreende-se, dessa forma, que tal método nos possibilita a compreensão das práticas que são promovidas e evidenciadas, denotando a produção destes saberes-poderes construídos no decorrer destes jogos de forças.

Na arqueologia e na genealogia apresentam-se um modo distinto de pesquisa sobre os discursos e esta forma, que gera saberes contra-hegemônicos, se diferencia da prática do comentário (aquela que vê o documento como monumento, portanto, inquestionável e passível somente da prática comentarista) e das interpretações psicologizantes (atribuindo a um subjetivismo parco). Os conceitos que atravessam nossas análises são de descontinuidade, ruptura e série discursiva. Bert (2013), ao falar sobre a descontinuidade da história, rompe com a ideia linear presente na história tradicional, em que se preza por uma racionalidade explicativa linear, causa e efeito, com explicações simples sobre a complexidade de um acontecimento (uma tática também

intencional para a construção da história). Foucault (1997), em *Arqueologia do saber* revela sobre o discurso:

Elemento último indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele; como um ponto sem superfície, mas que pode ser demarcado em planos de repartição e em formas específicas de agrupamentos; como um grão que aparece na superfície de um tecido de que é o elemento constituinte; como um átomo do discurso (FOUCAULT, 1997, p. 90).

O autor expõe, portanto, as positivities do discurso, considerando as condições presentes no espaço e no tempo para seu nascimento. Se há, por conseguinte, a habilidade genealógica de cercar os discursos com a realidade circundante, então estes são possíveis de serem problematizados. É o que apresentaremos nos capítulos seguintes nos resultados da pesquisa.

Os discursos só podem ser compreendidos historicamente ao revelarmos as relações que possuem com as instituições, economia, condições sociais, os comportamentos moralmente aceitáveis na sociedade, as normatizações, as técnicas que criam saberes e formas de classificação. Por isso a necessidade de abordarmos o objeto de estudo definido dentro da realidade histórica a que pertence. Diferentemente da crença pretenciosa de isolamento do objeto para melhor análise, queremos deixar o objeto no lugar onde deve estar pertencente, denotando o que foi apagado na construção da história e nos que provocaram apagamentos.

Por fim, a organização dos discursos foi feita em séries discursivas (denotando as proximidades destes e técnicas produzidas a partir da PNAB presentes nas séries), divididas em três capítulos, com respectivas subseções, a fim de contemplar as características presentes nesta Política e os discursos que se apresentam diferentes e/ou contrários à organização, funcionamento, participação social, medicalização e resistências à medicalização da atenção básica na atualidade.

Referências

BAHIA, L. A privatização no sistema de saúde brasileiro nos anos 2000: tendências e justificação. *In: SANTOS, N.; AMARANTE, P. (orgs.). Gestão Pública e Relação Público Privado na Saúde.* Rio de Janeiro: Cebes, 2011. DOI: 10.5585/rgss.v2i2.51

CARDOSO JÚNIOR, H. R.; LEMOS, F. C. S. (orgs.). Foucault e Deleuze/Guattari: corpos, instituições e subjetividades. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011. Isbn: 9788539102679

CLEMENTE, B. T. Cronologia histórica dos hospitais universitários. Salvador, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Fundações estatais: proposta polêmica. *In: Rev. Direito Sanit., São Paulo*, v. 10, n. 1, jul. 2009. Disponível em. Acesso em: 31 jan. 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v10i1p71-80>



DANNER, L., F. O caso da sociedade civil e de seus movimentos: sobre a perda de efetividade da cidadania política nas democracias ocidentais. *Philosophos - Revista de Filosofia* 15 (2):103-127. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5216/phi.v15i2.8443>

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: editora 34, 2011. ISBN 978-85-7326-446-3

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2003. ISBN: 978-85-3097-683-5

DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013. ISBN: 978-85-2180-475-8

DUTRA, J.S.; FISHER, A.L.; AMORIN, W.A. C. (Org.). Gestão de Pessoas: desafios estratégicos das organizações contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN: 978-85-2245-393-1

FAÉ, R. A Genealogia em Foucault. *Psicologia e Estudos*, Vol. 9, nº 3, Maringá, Setembro-Dezembro, 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722004000300009. Acesso em: 15 out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722004000300009>

FAUSTO, B. História Concisa do Brasil. 2 ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014. ISBN: 978-85-3141-582-1

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3):743-752, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300010>

FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. Saúde em debate: Fundamentos da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Cebes, 2008. ISBN: 978-85-8842-209-4

FOUCAULT, M. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011. ISBN: 978-85-7827-476-4

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: edições Loyola, 2014. ISBN: 978-85-1501-359-3

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005. ISBN: 978-85-3093-966-3

FOUCAULT, M. Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012. ISBN: 978-85-2180-487-1

FOUCAULT, M. Ditos e escritos, volume VI: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013. ISBN: 978-85-2180-451-2

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 2 ed. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010. ISBN: 978-85-7827-300-2



FOUCAULT, M. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. 2ª Ed. São Paulo: Paz e terra, 2015. ISBN: 978-85-7753-450-0

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Org. e Trad.: Roberto Machado. 27ª.Ed. São Paulo: Graal, 2013. ISBN: 978-85-7753-296-4

FOUCAULT, M. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010. ISBN: 978-85-7827-321-7

FOUCAULT, M. O nascimento da biopolítica. Lisboa: edições 70, 2010. ISBN: 978-97-2441-544-4

FOUCAULT, M. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ISBN: 978-85-3362-377-4

GALVÃO, A. et al. (orgs.). Capitalismo: crises e resistências. São Paulo: outras expressões, 2012. ISBN: 978-85-6442-126-4

GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. Método Qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004. ISBN: 978-85-7585-088-6

LE GOFF, J. História e Memória. Editora UNICAMP, Campinas, 1990. ISBN: 978-85-2681-008-2

LEMOS, F. C. S. & CARDOSO JR., H. R. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. Psicologia e Sociedade, vol. 21, p. 353-357, nº 3. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>. Acesso em 15 out. 2013. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300008>

LEMOS, F. C. S. et al. Psicologia, educação, saúde e sociedade: transversalizando. Curitiba: CRV, 2015. ISBN: 978-85-4440-337-2

LEMOS, F. C. S. et al. Transversalizando no ensino, na pesquisa e na extensão. Curitiba: CRV, 2012. DOI: 10.24824/978858042312.9

LEMOS, F. C. S. O controle da vida: práticas de conselheiros tutelares. Curitiba: Appris, 2015. ISBN: 978-85-8192-768-8

LEMOS, F. et al. “A Análise Documental como Instrumento Estratégico para Michel Foucault?”. In: Itinerários de Pesquisa em Psicologia. PIMENTAL, A.; RODRIGUES, M.; NICOLAU, R. F.; LEMOS, F. C. S. (Orgs.). Belém: Amazônia Editora, 2010. ISBN: 978-8561109-08-0

LIMA, B. J. M.; LIMA, A. M. As Fundações Estatais de Direito Privado e seus reflexos sobre o mundo do trabalho do Enfermeiro; orientadora: Elizabeth Lucena Rodrigues. Trabalho de Conclusão de Curso. UEPA. 2010.

LIMA, Bruno Jáy Mercês de. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e suas ressonâncias sobre os hospitais universitários: uma análise documental histórico-genealógica sobre a lei 12.550/2011. Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Flávia Cristina Silveira Lemos.

LOBO, L., PRADO FILHO, K. & LEMOS, F. C. S. Alguns Aspectos da Pesquisa Documental nos Estudos Históricos de Michel Foucault.

LOURAU, R. A análise institucional. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995. ISBN: 978-85-3264-700-9

LOURAU, R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ, 1993.

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "transição democrática" - anos 80. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, São Paulo, v.1, n.1. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311991000100004>

MENDES, Eugênio Vilaça. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: As políticas de saúde no Brasil nos anos 80. Brasília, nov. 1991. p 19-91. ID: lil-117299

MENICUCCI, T. Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil: atores, processos e trajetórias. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2007. ISBN: 978-85-7541-138.4.

MOTAÑO, C. (org.). O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor". São Paulo: Cortez, 2014. ISBN: 978-85-2492-285-5

NAIM, Moisés. Ascensão e Queda do Consenso de Washington: O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington? In: *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/bases/64-Consenso%20de%20Wash-MN>. PDF. Acesso em: 22 abr. 2010.

NORONHA, José Carvalho de; SOARES, Laura Tavares. A política de saúde no Brasil nos anos 90. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 6, n° 2, p.445-450, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232001000200013>

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (ORGS.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. ISBN: 978-85-2050-530-4

PAULON, S. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>

PIMENTEL, A.; LEMOS, F.; SOUZA, M.; NICOLAU, R. (orgs.). Itinerários de pesquisas em psicologia. Belém: Amazônia editora, 2010. ISBN: 978-8561109-08-0

PINSKY, C. (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2014. ISBN: 978-85-7244-297-8

SANT'HELENA, M.M. et al. Da Reforma Sanitária às Privatizações: discutindo a saúde pública brasileira. Congresso Catarinense de Assistentes Sociais. Florianópolis, 2013.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das letras, 2015. ISBN: 978-85-3592-566-1



SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. ISBN: 978-85-2492-448-4

SOUZA, M. R.; OLIVEIRA, P. T. R.; PIANI, P. P. F. (orgs.). Psicologia: políticas, formação, profissão e pesquisa. Belém: Paka-Tatu, 2012. ISBN: 978-85-7803-081-0

VEYNE, P. Como se escreve a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. ISBN: 978-85-2300-327-2

ZAMBENEDETTI, G. & Silva, R. A. N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. In: Psicologia & Sociedade, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 3, p. 454-463, jul. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300002>

